

Não foi nessa igreja que fui ordenado

À

Secretaria Geral da IECLB

Sínodo Mato Grosso

Comunidade Ev. Confissão Luterana de Chapadão do Céu

Colegas ministros

Irmãos de caminhada e líderes em suas Comunidades

Interessados em geral.

Sou ministro com ordenação da IECLB há 23 anos. Escrevo esta carta para abrir meu coração e externar algumas percepções acerca dos rumos que a instituição está tomando sem referendo da maioria absoluta de suas Comunidades e Paróquias.

Obviamente, há uma história de como chegamos até esse momento. O que vou expressar aqui está baseado em fatos vividos. O faço sem a expectativa de convencer ninguém sobre minhas percepções. Apenas entendo que preciso externá-las de forma pública. Esta carta também não é um escrito acadêmico. Escrevo de forma simples, para que seja acessível a todos os membros da Comunidade onde sirvo como ministro. Não tenho a intenção de atacar ou ser desrespeitoso. Somente compartilho angústias que carrego e o faço de forma sincera, como alguém que vem buscando servir a Cristo e ao Evangelho a partir dessa denominação.

Vamos começar no ano 2018. Naquele ano compus o GT sobre Homossexualidade da IECLB e estive em uma reunião em Porto Alegre. Logo na abertura dos trabalhos foi dito que não deveríamos usar as palavras “pecado” e “doença” como parte da abordagem do tema. Diante de reações contrárias, argumentou-se a partir de um fórum sobre hermenêutica realizado pelos três centros de formação vinculados à IECLB na época. Afirmou-se que, a partir do referido fórum, não temos uma única hermenêutica na IECLB. Imediatamente foi dito que a falta de consenso entre os três centros de formação nunca havia se tornado numa autorização para fazer uso de outras hermenêuticas na igreja. Nenhum documento foi expedido pelo fórum nesse sentido. Essa discussão teológica entre os centros de formação nunca foi levada ao Conselho da Igreja, a um Concílio, aos Sínodos e muito menos às Comunidades e Paróquias.

Para entender a gravidade do que aconteceu ali, deixe-me fazer um paralelo com o chamado “movimento carismático” que existiu na IECLB. Os debates naquele tempo giraram em torno da autoridade teológica, experiências e dons espirituais, demonologia (batalha espiritual) e batismo, principalmente. Imagine um fórum especificamente sobre o tema do batismo naquele contexto. Depois disso, num GT sobre o mesmo tema fosse dito: “Já que temos ministros da IECLB que não reconhecem mais o batismo infantil, chegamos à conclusão de que não temos uma única forma de batismo na IECLB.” O que você diria disso? Toda nossa base confessional seria colocada de lado porque pessoas deixaram de concordar com ela? Naquela época, a direção da igreja recorreu de forma incisiva às bases confessionais para garantir conformidade teológica. Muitos argumentos trazidos por setores do movimento carismático pediam por sensibilidade pastoral, contudo não foram acolhidos em nome da fidelidade doutrinária. Sob o mesmo argumento do acolhimento pastoral, agora adota-se hermenêuticas estranhas à nossa confessionalidade no caso da homossexualidade e outros temas em

pauta. Naquela reunião em Porto Alegre ficava claro: pela hermenêutica luterana da dialética entre lei e evangelho não era possível atingir os objetivos da agenda proposta. Ora, a hermenêutica é o modo como interpretamos as Escrituras, é a “espinha dorsal” de tudo que nós cremos como igreja e, portanto, da nossa confessionalidade.

Contudo, apesar de todos os argumentos em contrário, a questão sobre o princípio hermenêutico usado para lidar com a questão foi dada como vencida. A partir dali, é como se toda a IECLB tivesse aprovado o uso das “hermenêuticas contextuais”. O redator da reunião não registrou nenhum dos argumentos em contrário. Aparentemente, só foi registrado na ata o que interessava. Na época, protestamos por e-mail. Fomos completamente ignorados. Ficou patente que o fórum entre os centros de formação não passou de um meio para dar aparência de legalidade na introdução de elementos completamente estranhos à confessionalidade luterana, quer seja, essa abertura a novas hermenêuticas. Essa introdução de novas bases interpretativas para as Escrituras põe toda a tradição teológica e confessional em revisão. Mas voltemos à história.

Em outubro de 2018 aconteceria o XXXI Concílio da IECLB, em Curitiba. O então presidente da IECLB, P. Nestor Friedrich, no seu relatório, afirmou que há **consenso** [grifo nosso] na igreja sobre três pontos relacionados à homossexualidade: “a) *na IECLB não se faz aceção de pessoas homossexuais. Elas são reconhecidas como parte da sociedade e, no caso da Igreja, como membros; b) a IECLB não subscreve a teoria da cura gay; c) a partir do estudo feito e da decisão tomada pelo grupo de trabalho sobre o tema da Homossexualidade, está definido que Presidência, Pastores e Pastorais Sinodais não vinculam homossexualidade com pecado e doença.*” [grifo nosso]. Eu mesmo, na época, redigi uma carta reagindo a isso, porque NUNCA houve consenso dentro do GT sobre tais questões. A carta redigida por mim e assinada por outros integrantes do GT nunca foi respondida pela nova direção que assumiu a IECLB no ano seguinte. Aliás, esta é uma razão para escrever esta carta de forma pública e não apenas para a direção da IECLB: tentou-se argumentar através do envio de correspondência à Secretaria Geral, mas quem não concorda com os rumos da instituição foi sistematicamente ignorado.

Antes de tudo isso, houve uma tentativa de submeter o tema da homossexualidade aos Sínodos, Paróquias e Comunidades. Sabemos que a Secretaria Geral recebeu mais de 400 cartas de Paróquias se posicionando numa direção contrária ao que se esperava. Ficou claro que as pautas teriam que avançar por outros meios. Já que os meios legais não iriam surtir o efeito desejado, encontrou-se um caminho alternativo, um atalho institucional. De uma hora para outra, *voilà*, tínhamos uma nova hermenêutica operando dentro da igreja e determinando o modo como tudo seria tratado dali para frente.

Isso parece ético? Isso comunica respeito às nossas bases confessionais? Isso é uma expressão de respeito aos processos estabelecidos na igreja? A mim parece mais uma demonstração de hipocrisia, má fé, desrespeito, parcialidade e uso indevido do poder das funções recebidas para impor suas pautas. Uma demagogia grosseira.

A presença de outras hermenêuticas muda tudo. Como todos sabemos, a constituição da nossa igreja assevera que nossa base de fé está apoiada, em primeiro lugar, sobre as Escrituras Sagradas (a Bíblia), na forma de Antigo e Novo Testamentos, e em segundo lugar sobre a Confissão de Augsburgo (CA). Pois bem, o artigo sétimo da CA reza:

"Ensina-se, além disso, que sempre deve existir e permanecer uma única Igreja Santa Cristã, que é a assembleia de todos os crentes e santos, entre os quais o Evangelho é pregado em sua pureza e os Santos Sacramentos são administrados de acordo com o Evangelho. E para a verdadeira unidade da Igreja, é suficiente que haja consenso quanto à doutrina do Evangelho e à administração dos

Sacramentos. Não é necessário que as tradições humanas, ritos ou cerimônias, instituídos pelos homens, sejam os mesmos em toda parte, como diz Paulo: 'Um só corpo e um só Espírito, assim como fostes chamados numa só esperança da vossa vocação; um só Senhor, uma só fé, um só batismo' (Efésios 4:4-6)." [grifo nosso]

Nossa confessionalidade estabelece o “consenso doutrinário” para que a unidade da igreja seja mantida. Ora, quando se permite que outras hermenêuticas possam operar ao lado daquela que herdamos diretamente do reformador Martin Lutero, logo teremos mais de uma forma de compreender uma mesma questão. Por isso, não conseguimos avançar em área nenhuma como igreja. Quando se fala em “missão”, quem lê isso a partir da hermenêutica luterana (que é e sempre foi a dialética entre lei e evangelho), vai entender isso num certo sentido; contudo, quem opera por uma hermenêutica contextual, terá outra compreensão. De tal modo que não é mais possível chegar a um consenso sobre temas básicos como salvação, cristologia, pecado, eclesiologia, diaconia e tantos outros. Planejamento estratégico não estanca essa ferida aberta. A unidade da igreja foi completamente comprometida, porque o princípio que sustentava o consenso doutrinário mínimo tornou-se secundário. Os movimentos da IECLB poderiam, de fato, ser uma “riqueza para a igreja” se todos operassem a partir de uma base comum, apresentando apenas ênfases diferentes. Não é o caso!

A introdução de uma nova hermenêutica associada ao tema da homossexualidade não foi uma ideia que surgiu naqueles anos de 2017 para 2018. Em 1999 já havia artigos acadêmicos que apontavam o caminho hermenêutico como forma de avançar com esta questão¹. Ou seja, já estava resolvido que a Bíblia precisa ser reinterpretada à luz das ciências sociais e “conhecimentos modernos” sobre sexualidade.

Transportar o tema do espaço acadêmico ao eclesiástico seria o próximo passo. Obviamente já se sabia também da resistência que o tema traria dentro da igreja. Como manter a unidade da igreja nesse processo? A primeira parte da solução aparentemente foi apresentar a uniformidade litúrgica como elemento central de unidade, apesar do já citado artigo 7º da CA veementemente declarar que isso jamais deveria acontecer.

Na prática, pegou-se o vidro de café solúvel e se substituiu o conteúdo por alguma mistura granulada que parece a mesma coisa. Mas como o rótulo não foi removido, a sensação é que continua sendo um vidro de café. Ou seja, a unidade passou a ser o visível, o aparente, a liturgia exterior, as vestes e os paramentos. Enquanto isso, o conteúdo foi sendo substituído por algo novo, “contextualizado”, determinado por uma nova forma de ler as Escrituras que fizesse jus à nova cultura emergente.

O outro sustentáculo para essa unidade de fachada parece ser o constante fortalecimento da instituição central. Os últimos anos foram marcados por uma crescente “episcopalização” da igreja. Os clamores das Paróquias e Comunidades não é considerado. Parece que somos vistos e tratados como “a ralé que nada entende” (cf. Jo 7.49). Eu mesmo fui ordenado na Comunidade local, num culto público muito simples, oficiado pelo pastor sinodal. Nessa questão também haveria muito que dizer. Por hora, importante é o fato de que as Comunidades e Paróquias perdem cada vez mais o protagonismo que deveriam ter. Cada vez mais os processos se dão “de cima para baixo”.

É uma igreja que diz crer na graça, mas que é totalmente regida por lei. É uma enxurrada de normas e regulações. A forma não democrática como se lida atualmente com temas importantes aponta para uma presunção de “magistério eclesiástico”. Aparentemente temos um grupo que se arroga o direito e o

¹ SCHNEIDER, N. . “HOMOSSEXUALIDADE” NO NOVO TESTAMENTO:: OBSERVAÇÕES EXEGÉTICAS E HERMENÊUTICAS. *Estudos Teológicos*, [S. l.], v. 39, n. 1, p. 27–35, 2022. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/ET/article/view/1533>.

poder da interpretação da Bíblia, mesmo que esta divirja grandemente de toda a herança reformatória. Depender da instituição para a leitura da Bíblia é um processo inevitável quando se abre mão do *sola scriptura*. No século XVI, a teologia estava sequestrada pela filosofia ética de Aristóteles. Isso desembocava numa espiritualidade de obras. Para Lutero, a Escritura precisava ser liberta dessa mordida filosófica. Na Modernidade a Escritura novamente se tornaria refém da razão, da ciência e seus métodos de análise. Agora, na pós-modernidade, ela é submetida à experiência de quem a lê. E, para quem não sabe, “hermenêutica contextual” nada mais é do que submeter a Escritura à experiência de grupos considerados minoritários e oprimidos.

Nessas discussões, a Bíblia está sendo tratada como algo a ser revisto a partir das ciências humanas. Usando a expressão de Lutero, a Igreja está em “cativeiro babilônico” uma vez que a teologia é refém de pautas externas que não podem ser questionadas pela Palavra de Deus. Pelo contrário, é a Escritura que é questionada, amordaçada, reinterpretada, acomodada, calada e anulada pelo absoluto filosófico utilizado como norma interpretativa. Sim, um tipo de fundamentalismo ideológico, aparentemente inquestionável. Se você pensar fora dessa “caixa”, provavelmente será rotulado de forma a provocar o “cancelamento” de sua opinião divergente. Há que se ter muito cuidado para não cometer blasfêmia contra essa nova religião!

Esse cativeiro da igreja protestante no Brasil se dá em ambos os polos político-ideológicos. À direita, temos a Escritura refém de uma hermenêutica estabelecida pela “teologia da prosperidade”, capitalista. Ela rasga partes essenciais da revelação bíblica para prometer um “céu na terra” aos crentes. Esse céu é o *american way of life* acessível a todos pela prática de uma religião de barganha. A perspectiva da eternidade é substituída por uma fé que funciona, que traz prosperidade, ou seja, poder de consumo, bens, sucesso, saúde e felicidade. À esquerda, a Escritura é refém de novos “apóstolos”, especialmente Karl Marx e Freud. Eles tornaram-se o absoluto interpretativo. Tudo que a Bíblia afirmar que não venha de encontro com o que eles disseram, deverá ser rejeitado ou reinterpretado. Também se promete um “céu na terra”, mas o caminho é dado pela lógica de luta de classes. O pecado está nas estruturas (capitalismo, patriarcado etc.). O socialismo é o reino de justiça e o estado (é uma lástima que essa palavra não seja feminina!) é o grande pai que rege as consciências. Portanto, a prática da fé está relacionada à militância política e ativismo social. Ou seja, temos um “evangelho capitalista” e um “evangelho socialista” à escolha. Contudo, nenhum deles é evangelho de Jesus Cristo. Ambos são um cativeiro babilônico da igreja. No fim do dia, Leonardo Boff e Edir Macedo são apenas dois lados de uma mesma moeda: a do humanismo materialista.

Voltando ao contexto da IECLB, a forma de sobreviver ao caos teológico instaurado parece ser a dependência de posicionamentos oficiais emitidos pela sede da igreja. Como se ela tivesse o poder de mudar o modo como os cristãos sempre creram a partir de uma nova verdade exterior às Escrituras. Isso não seria uma espécie de “magistério eclesialístico”? Vamos mudar a Constituição da igreja, as bases confessionais, como a Confissão de Augsburg e os Catecismos? O “Nossa Fé, nossa Vida” segue valendo, mas apenas “por enquanto”? Quem deu a tais pessoas o direito de mudar as regras do jogo? Por que a alguns se aplica a lei em nome da confessionalidade, mas a outros se permite reinterpretar completamente o significado de confessionalidade?

Veja, não há problema se alguém não consegue mais aceitar as Escrituras e a confessionalidade luterana assim como a herdamos. O problema é assumir o controle político da igreja para impor sua “nova visão” a todos os outros. Por que não reconhecem, de forma coerente, que suas convicções não têm suporte bíblico nem confessional? Por que não assumem, diante das Comunidades, o que realmente pensam? Qual o problema de admitir abertamente que não acreditam no *sola scriptura*, porque sua visão de mundo, sua antropologia e até sua compreensão sobre Deus, salvação, pecado, é determinada pelo humanismo materialista? Não é coerente mudar conscientemente o conteúdo da fé

e, ao mesmo tempo, apresentar-se diante da igreja como defensores da confessionalidade. Não é coerente alterar o modo como lemos as Escrituras a partir de Lutero, mas continuar chamando-se de luteranos em função da forma litúrgica e elementos externos. Se removemos o café granulado do vidro e colocamos em seu lugar veneno de rato com aparência similar, sem remover o rótulo, estamos correndo o risco de envenenar um desavisado. Não é coerente com as Escrituras e com a Confissão de Augsburgo inverter a centralidade do conteúdo pela forma. Mas se esse já é um caminho sem volta, os portadores dessa nova revelação, dada pelo ferramental marxista e humanista, não deveriam mudar nossa denominação, sendo totalmente transparentes com as pessoas que sobraram na IECLB? Ou talvez, ao invés de impor essa “nova fé” pela força de normas, manuais, e outros legalismos institucionais, os portadores dessa revelação humanista deveriam admitir, como fizeram os carismáticos, que eles não são mais luteranos? Acho a segunda opção improvável, haja visto que sua sobrevivência geralmente parece se dar numa relação parasitária com a instituição.

Sou grato por estes 23 anos de ministério com ordenação na IECLB. Conheci o Evangelho nesta igreja. Ele mudou a minha história para sempre. Servi todos esses anos com dedicação, tenho certeza. Procurei dar a minha contribuição e viver a minha vocação. Mas carrego a certeza de que não foi nesta igreja que fui ordenado! Nada sei sobre o futuro. Não é necessário, já que vivo pela fé e não por uma expectativa de futuro. Por isso, não escrevo com amargura ou frustração, embora a falta do tom de voz possa dar a impressão contrária no texto escrito. Tenho tentado aprender que nenhuma ansiedade acerca da igreja é justificável. Aquele que garante sua continuidade não falhará. Já sabemos como tudo termina e, ancorados nessa esperança, não há tempo perdido. Aquele que sustenta e mantém sua igreja também é Juiz de vivos e mortos. Por isso, não há vitimismo sobre isso tudo ser injusto. O Dia vai provar o tipo de material utilizado para construir sobre o fundamento que é Jesus Cristo. Apenas escrevo para deixar claro – e sei que não estou sozinho, embora possa fazer parte de uma minoria – que não me submeterei ao que não prometi na minha ordenação: minha consciência está e permanecerá cativa à Palavra de Deus, não a Papas, bispos e Concílios (mesmo que luteranos), ou manuais, cartilhas e documentos que se desviam daquilo que está estabelecido na Constituição da IECLB e da sua confessionalidade histórica.

P. Daniel Schorn

Comunidade Evangélica de Confissão Luterana de Chapadão do Céu-GO

27/07/2026